

卷宗編號： 955/2012
日期： 2014 年 03 月 20 日
關鍵詞： 退休公務員的紀律處分、適度原則、自由裁量權

摘要：

- 上訴人已退休這一法律狀況並不構成被訴實體對其採取撤職紀律處分的法律障礙，茲因《澳門公共行政工作人員通則》第 280 條第 2 款明確規定“職務終止及職務狀況改變，不妨礙對執行原職務時作出之違紀行為科處處分”。
- 另一方面，同一通則第 306 條第 3 款亦規定對於退休公務員及服務人員作出的撤職處分導致中止支付退休金 4 年。
- 根據《行政程序法典》第 5 條第 2 款之規定，“行政當局之決定與私人之權利或受法律保護之利益有衝突時，僅得在對所擬達致之目的屬適當及適度下，損害該等權利或利益”。
- 上述原則的出現是為了避免行政當局在行使自由裁量權中濫權，不當及過度地損害市民的合法權益。而自由裁量權的行使只有在權力偏差、明顯的錯誤或絕對不合理的情況下才受司法監管/審理。
- 若上訴人所作出的違法行為情節嚴重，被訴實體認定有關行為引致不能維持職務上之法律狀況(失去擔任職務之尊嚴及在道德上欠缺擔任職務之適當性)，繼而對其作出撤職處分的決定是正確的，應予以維持。

裁判書製作人

何偉寧

司法上訴裁判書

卷宗編號: 955/2012
日期: 2014年03月20日
上訴人: A
被訴實體: 澳門保安司司長

*

一.概述

上訴人 A，詳細身份資料載於卷宗內，不服澳門保安司司長於 2012 年 10 月 12 日對其作出科處撤職處分的決定，向本院提出上訴，理由詳載於卷宗第 2 至 17 頁，有關內容在此視為完全轉錄¹。

¹ 上訴人的上訴結論如下:

1. O despacho recorrido é ilegal por padecer dos vícios de violação de lei por erro nos pressupostos de facto e de direito e por violação do princípio da proporcionalidade, o que é causa da sua anulação;
2. O despacho recorrido fundamenta a aplicação da pena de demissão na hipótese normativa prevista na norma do artigo 315.º/2-o do ETAPM e ainda na cláusula geral do n.º 1 desse artigo, quando conclui que arguido «perdeu a dignidade e confiança para o exercício do cargo» e que «não se verificam as condições necessários para o exercício do cargo»;
3. A técnica legislativa da enumeração exemplificativa utilizada pelo legislador no artigo 315.º/2 visa, através dos exemplos dados, ilustrar de certo modo, e em parte, o alcance da cláusula geral consagrada no n.º 1;
4. A verificação, num caso concreto, de uma das situações exemplificativamente enumeradas não faz operar automaticamente a cláusula geral, exigindo-se também que esta se verifica em concreto;
5. O despacho punitivo fez operar automaticamente a cláusula geral do artigo 315.º/1, através da simples afirmação da verificação da hipótese do artigo 315.º/2-o, não comprovando, em concreto, a situação de inviabilização da situação jurídico-funcional;
6. Impunha-se que o despacho recorrido demonstrasse que os factos praticados pelo Recorrente impediam, em termos objectivos, a manutenção da sua relação funcional;
7. Apenas se justifica a pena expulsiva quando o comportamento do arguido atinja um grau de desvalor que quebra irreversivelmente a confiança que deve existir entre o serviço e o funcionário, sendo por isso inconveniente a sua manutenção no exercício de funções;
8. A decisão recorrida parte do pressuposto errado de que o arguido se encontrava no exercício das suas funções;

-
9. Encontrando-se o arguido aposentado, não podia o despacho recorrido atingir a conclusão explicitada de que «não se verificavam as condições necessárias para o exercício do cargo»;
 10. A entidade recorrida não atendeu aos factos alegados pelo Recorrente na sua defesa escrita, os quais devem ser considerados relevantes, na medida em que esclarecem o contexto dos actos que constituem objecto do procedimento disciplinar;
 11. Esses factos demonstram claramente a existência de uma relação funcional degradada e anómala entre a directoria da PJ e o Recorrente, desde 2004;
 12. O Recorrente, com a alegação de tais factos, não pretende desresponsabilizar-se os actos que praticou, mas antes afirmar que a entidade recorrida tinha o dever legal de sopesar todos os factos e circunstâncias que rodeavam os factos objecto do processo disciplinar, principalmente quando se preparava, como foi o caso, para aplicar ao Recorrente a sanção disciplinar mais grave que a lei prevê;
 13. As penas expulsivas, mais do que quaisquer outras, devem ser aplicadas com extrema prudência;
 14. Se os factos alegados tivessem sido objectivamente atendidos e ponderados, poderia concluir-se que os factos imputados ao Recorrente não eram susceptíveis de serem enquadrados na hipótese da norma do artigo 315.º/2-o e, muito menos, de levarem à inviabilização da relação funcional;
 15. A pena de suspensão é também aplicável aos funcionários que agredirem, injuriarem ou desrespeitarem gravemente superior hierárquico, fora do serviço, por motivos relacionados com o exercício de funções ou nos casos de procedimento que atente gravemente contra a dignidade e prestígio do cargo ou função;
 16. O princípio da proporcionalidade constitui uma manifestação do princípio do estado de direito e impõe que as medidas dos poderes públicos não devem exceder o necessário para a realização do interesse público prosseguido;
 17. As três dimensões fundamentais do princípio da proporcionalidade são a adequação, necessidade e equilíbrio ou proporcionalidade em sentido estrito, pelo que se deve adoptar apenas a medida causalmente ajustada ao fim que se propõe atingir e que lese em menor medida os direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares e que os benefícios a alcançar com ela suplantem os custos que ela acarreta;
 18. A restauração do interesse da disciplina eventualmente posto em causa com os actos imputados ao Recorrente não impunha a inviabilização da relação e, muito menos, a aplicação da pena de demissão;
 19. O que se pretende alcançar com a aplicação da pena de demissão é susceptível de alcançar-se, por exemplo, com uma medida suspensiva, que é muito menos gravosa para o Recorrente;
 20. O circunstancialismo que rodeou a prática dos actos imputados ao Recorrente, o facto de este, pelos mesmos factos, ter sido já condenado criminalmente e visto agravada a pena, em virtude de as Vítimas serem funcionários públicos, o facto de o Recorrente ter pedido, repetidamente, desculpas públicas aos ofendidos e ainda o facto de beneficiar de circunstâncias atenuantes, sendo uma delas a de ter «prestado serviços relevantes ao Estado e ao Território», tudo isso apontava claramente para que fosse bastante para restaurar o interesse da disciplina eventualmente posto em causa com os actos imputados ao Recorrente a aplicação de uma pena suspensiva e nunca expulsiva;

被訴實體就有關上訴作出答覆，有關內容載於卷宗第 29 至 36 頁，在此視為完全轉錄。

檢察院認為應判處上訴人之上訴理由不成立，有關內容載於卷宗第 177 及其背頁，在此視為完全轉錄²。

*

21. O despacho recorrido violou, nomeadamente, as normas dos artigos 282.º-a-c, 315.º/1/2-o, 316.º, 329.º/1 do ETAPM, 5.º/2 e 86.º/1 do CPA.

² 檢察院之意見如下:

“No despacho recorrido (fls.226 a 228 do P.A.), o Exmo. Sr. Secretário para Segurança apontou propositadamente: 須申明的是，雖然嫌疑人現已退休，但對在職期間作出的違紀行為，其亦必須負上紀律責任。須知，根據《通則》第 280 條及第 306 條規定，可對退休人員科處紀律處分。

A asseveração supra citada torna manifestamente insubsistente a Conclusão 8ª da petição inicial, ali reza a recorrente: A decisão recorrida parte do pressuposto errado de que o arguido se encontrava no exercício das suas funções.

Repare-se que no ordenamento jurídico português que é matriz do de Macau, o STA vem consolidando a jurisprudência de ser aplicável a pena disciplinar de demissão aos funcionários aposentados. (a título exemplificativo, Acórdãos de 14/01/2003 e de 09/09/2010, respectivamente nos Processos n.º1047/02 e n.º817/98)

Seja como for, à luz do preceituado nos arts.280º n.º2 e 306º n.º3 do ETAPM, podemos ter por certo que não se verifica o invocado pressu-posto errado, e é legítimo ao órgão recorrido atingir a conclusão referida na Conclusão 9ª da petição (a expressão daquela “conclusão” no texto original é: 對嫌疑人適用不能維持職務狀況之處分).

O teor do próprio despacho questionado revela seguramente que a pena disciplinar de demissão foi aplicada com base nos factos dados por provados pelo Venerando TSI no douto Acórdão decretado no Processo n.º792/2011, Acórdão que produz os efeitos contemplados no n.º1 do art.288º do ETAPM.

As garantias graciosas e contenciosas, bem como o direito de petição fazem com que sendo mesmo verdadeiros, os factos alegados pelo recorrente na defesa escrita no processo disciplinar não tenham virtude de excluir ou diminuir tanto a ilicitude como a sua culpa, sendo assim ir-relevante e inócuos.

Deste modo, afigura-se-nos que não podem deixar de ser infundada as 10ª a 15ª Conclusões da petição.

Ponderando, em sintonia com as jurisprudências consolidadas pelos TSI e TUI, a gravidade dos factos dados por provados pelo TSI, parece-nos que nem a subsunção da conduta do recorrente nem a graduação da sanção disciplinar padece de violação do princípio da proporcionalidade.

Por todo o expendido acima, propendemos pelo não provimento do presente recurso contencioso.”

二.事實

已審理查明之事實：

1. 上訴人為司法警察局前一等督察，現已退休。
2. 上訴人因在職期間涉嫌糾同他人透過互聯網多次發佈失實虛構的文章，誹謗詆毀該局 B 局長、C 副局長及 D 處長，於 2009 年 04 月 09 日被提起第 003/2009 號紀律程序。
3. 初級法院於 2010 年 07 月 28 日對上訴人因觸犯數項加重公開及詆毀罪作出判決，判處其 2 年徒刑，緩期 2 年執行，條件為須於 30 天內向被其詆毀的被害人們--B、D 及 E--作出書面致歉。
4. 上訴人不服上述判決，向中級法院提出上訴。
5. 中級法院於 2012 年 05 月 31 日作出終局判決，判處上訴人 1 年 2 個月單一徒刑，暫緩 3 年執行，並須在 10 天內以其個人名義於澳門最大發行量的本地中文日報和本地葡文日報內，自費刊登一則致被害人的公開道歉啟事。
6. 於 2012 年 09 月 19 日司法警察局人員作出終結報告，詳見附卷第 189 至 196 背頁，有關內容如下：

“2009 年 4 月 9 日，澳門特別行政區司法警察局代局 XXX 閣下，根據澳門第 62/98/M 號法令所修改的第 87/89/M 號《澳門公共行政工作人員通則》第 280 條第一款、第 281 條及第 325 條第一款之規定，依法對本局時任一等督察 A 在職期間，由於未明的原因，多次虛構嚴重不符事實的事件，以虛構的內容親自杜撰誹謗性文章，再利用電子郵件群發方式在互聯網公眾討論區等平台公開發放，對司法警察局局長 B、廳長 D(時任處長)及其他司警局人員進行誹謗及抵毀等不法行為，開立了本紀律程序。

按照《澳門公共行政工作人員通則》第 326 條之規定，XXX 代局長閣下批示任命了本人為紀律程序的預審員，以調查案中所載的檢舉是否屬實及是否已

構成違反了澳門第 62/98/M 號法令所修改的第 87/89/M 號《澳門公共行政工作人員通則》第二百七十九條規定公務人員必須遵守之「義務」。

根據 2009 年 5 月 12 日保安司司長第 25/SS/2009 號批示，本紀律程序嫌疑人 A 自 2009 年 5 月 15 日起被科處強迫退休處分，屬職務終止狀態。為此，本程序之展開及法律適用，亦按照《澳門公共行政工作人員通則》第 280 條(受紀律懲戒權約束)第二款，關於“職務終止及職務狀況改變，不妨礙對執行原職務時作出之違紀行為料處處分。”的規定，依法由本局有權限實體在 2009 年 4 月 9 日批示立案，委任查預審員對該被檢舉人於在職期間，涉嫌作出之違紀進行調查及追究其紀律責任。

*

於同年的 4 月 17 日，本預審員按照《澳門公共行政工作人員通則》第 328 條第一款、第三款、第 329 條及第 330 條之規定，依法展開了預審程序和必要的偵查措施。期間，本程序於 2010 年 1 月 28 日依法暫時中止，於 2012 年 6 月 15 日重開，並於 2012 年 8 月 2 日完成調查。

基於本案已完成調查及取得之證據，確證了案中被檢舉的違紀事實確鑿，而且有關行為嚴重地違反了現行《澳門公共行政工作人員通則》法律內規範公務人員之工作準則及義務，亦已構成了公共行政工作人員觸犯相關義務須被處罰的規定。

為此，本預審員於 2012 年 8 月 9 日依法執行《澳門公共行政工作人員通則》第 332 條第二款之規定，對嫌疑人 A 提出了控訴。

經完成了必須之調查程序，本預審現按照《澳門公共行政工作人員通則》第 337 條第一款的規定，編制本結案報告。

一、本案已進行之調查措施:

1. 本紀律程序之檢舉書，內容載有嫌疑人 A 涉嫌於 2008 年 10 月 25 日和 26 日，透過互聯網向澳門教育暨青年局轄下的青年結社培訓暨教

導處之對外聯絡的郵址，發佈一封誹謗我局的失實與虛構文章，立案報告載於本卷第2-6頁。

2. 本預審員將開始程序之預審，依法通知委任之實體、嫌疑人及舉報人，通知函分別載於本卷第7、8及9頁。
3. 本案請求司法警察局資訊處提交一份載有嫌疑人A，直接參與公開發佈誹謗的文章“澳門司法警察局局長B六宗罪”的電子檔，以3.5軟碟存於本案調查。上述之請求函、已接收之電子檔及編制附卷之誹謗性文章，載於本卷第6至17頁。
4. 將“澳門司法警察局局長B六宗罪”的3.5軟碟電子檔，扣押存檔之筆錄，載於本案第18頁。
5. 本案聽取本局時任第五科主管XXX之聲明筆錄，載於本案第20頁。
6. 本案聽取被害人D(本局時任處長)之聲明筆錄，載於本卷第23-24頁。
7. 本案聽取證人C(本局時任副局長)之聲明筆錄，載於本卷第27-28頁。
8. 本案聽取被害人B局長之聲明筆錄，載於本卷第31-35頁。
9. 向檢察院請求發出與本案有關的刑事偵查卷宗第12133/2008號的控訴書之函件，載於本卷第37頁。
10. 向本局實體請求延長本程序偵查期限之報告，載於本卷第39頁。
11. 將一份由本局人事及行政處發出之工作備忘錄，載於本卷第41頁。
12. 本紀律程序將一份由資訊罪案調查科制作及提交的報告附卷調查，相關內容記錄了本局電腦法證的技術檢驗報告，再次確定了本紀律程序之嫌疑人A，亦曾經於23/11/2006及17/12/2006在網上討論區分別5次張貼了兩篇內容與06年12月16日和17日在新浪網張貼的兩篇誹謗內容與文字完全相同的文章，有關內容完全是針對本紀律程序內的多位受害人、證人及攻擊本局，相關報告載於本案第43-45頁。
13. 澳門特別行政區檢察院第二科司法官黎裕豪閣下，向本案回覆該院之偵查案件12133/2008已移送初級法院審訊之情況，函件載於本卷第

47 頁。

14. 向本局實體請求延長本程序之偵查期限，以便等候初級法院可在適當情況下，將法庭對嫌疑人 A 提出控訴之鑑證本寄予本案偵查，相關報告書載於本卷第 48 頁。
15. 初級法院第四刑事法庭將該院對嫌犯 A 提出控訴之通知函及卷宗鑑證本移送予本案，相關內容載於本卷第 50-63 頁。
16. 根據澳門特別行政區 1998 年 12 月 28 日第 62 號法令重新公佈的第 87/89/M 號《澳門公共行政工作人員通則》第二百八十七條第三款及第二百八十八條第二款之規定，本案向上級建議暫時中止本紀律程序，並呈報予澳門特區保安司長閣下之報告，載於本卷第 64 頁。
17. 本局將案件移送予保安司及申請暫時中止調查的函件，載於本卷第 65 頁。
18. 保安司長同意將本紀律程序依法中止的批示，載於本卷第 67 頁。
19. 本案將已依法暫時中止有關程序之決定，發函予嫌疑人 A 的內容及簽收文件，載於本卷第 68-69 頁。
20. 載入一份由澳門特別行政區中級法院合議庭上訴案件第 792/2010 號的裁判書。該裁判書是中院完成審理初級法院第四刑事起訴法庭卷宗: CR4-09-0160-PCC 上訴案的確定判決。上述裁判書的鑑證本載於本卷第 70-120 頁。
21. 本局於二零一二年六月十五日發函予保安司張國華司長閣下，依法通知本已案已在通知日重啟調查程序，函件及內容載於本卷第 121 頁。
22. 本案依法重啟調查之情況，通知 XXX 副局長，函件載於本卷第 122 頁。
23. 本案依法重啟調查之情況，通知檢舉人 XXX 處長，函件載於本卷第 123 頁。
24. 將本案依法重啟調查之情況，通知嫌疑人 A(本局前一等督察)，通知

函載於本卷第 124 頁。

25. 本案將嫌疑人 A 以個人名義分別於 2012 年 6 月 10、11 及 30 日刊載於《澳門日報》及《HOJE MACAU》的三則啟事，載於本卷第 126- 131 頁。
26. 本案將澳門特別行政區中級法院合議庭上訴案件第 792/2010 號裁判書中的一名同被判定有罪的其中一名嫌犯 L，其於 2012 年 6 月 12 日刊登在《澳門日報》的一則道歉啟事，載於本卷第 132 頁。
27. 將一份由受害人 B 局長，向本案遞交共五頁的陳情書及三份報章附件，載於本卷第 135-146 頁。
28. 將一份由受害人 D 廳長(時任處長)，向本案遞交共三頁的陳情書，載於本卷第 148-150 頁。
29. 本案將已通傳嫌疑人 A 出席 2012 年 7 月 16 日在本局接受調查的通知書，載於本卷第 151 頁。
30. 嫌疑人 A 出席本案調查及接受詢問被筆錄之內容，載於本卷第 152-153 頁。
31. 本案將一份由人事及行政處發出之嫌疑人 A 在職之個人記錄及紀律證明書，載於本卷第 155-157 頁。
32. 本案完成調查，且證實嫌疑人 A 在職期間曾作出違紀，而須展開控訴程序之報告，載於本卷第 158 頁。
33. 本紀律程序於 2012 年 8 月 9 日對已觸犯違紀的嫌疑人 A，提起控訴之控訴書載於本卷第 159-162 頁。
34. 本紀律程序於 2012 年 8 月 9 日 10 時 50 分，將控訴書之複印本親手交予嫌疑人 A 收執，並予其簽收之證明書載於本卷第 163 頁。
35. 2012 年 8 月 21 日，嫌疑人 A 之委任辯護人、F 大律師請求查閱本卷及延長答辯期之函件，載於本卷第 164-166 頁。
36. 本局有關實體批示同意嫌疑人 A 及辯護人可將答辯期延長十五天的

報告，載於本卷第 167 頁。

37. F 大律師之被授權人 G 簽署之被通知書，載於本卷第 169 頁。
38. 本局將本紀律程序予 F 大律師查閱之移交憑證，載於本卷第 170 頁。
39. 於 2012 年 9 月 10 日，本預審員將嫌疑人 A 及辯護人 F 大律師提交之答辯書附卷及展開偵查程序，答辯書載於本卷第 173-181 頁。
40. 本預審駁回本紀律程序之嫌疑人 A 及其委任的辯護人 F 大律師，於 2012 年 9 月 10 日向本局提交之書面答辯之批示，載於本卷第 183-187 頁。

二、經完成調查被確證之事實:

於 2008 年 10 月 25 日和 26 日，澳門教育暨青年局轄下的青年結社培訓暨教導處之對外聯絡的郵址(dfaj@desi.gov.mo)及多個政府部門的對外聯絡郵址，分別接獲一封標題為“B 六宗罪”之電郵 XXXXX@yahoo.com.tw，在該電郵內附有一內容完全失實及虛構的文章，目的只為抵設立及損害本局局長及相關官員的名譽及人格。

本局開立了專案調查 5252/2008 之卷宗展開刑事偵查工作，在得到相關部門協助下，成功在有關的電郵伺服器中取得有調查價值的數據及資料，並發現了發出上述電郵郵址，曾於 06/07/2008 寄出附有一篇標題為“澳門警界不為人知之醜聞”的誹謗文章予某些澳門特區行政機關和第三人。此外，亦發現另三個有關連的電郵地址，分別於 08 年 10 月 25、26 及 30 日，寄出一篇內容與“B 六宗罪”內容完全相同、標題則另名為“澳門司法警察局局長 B 六宗罪”的誹謗文章予澳門的政府機關和第三人。

調查顯示，時任本局的一等督察 A，至少在 2006 年至 2009 年在司法警察局內任職一等督察期間，由於未明的原因，多次虛構嚴重不符合事實的事件，並根據有關內容親自書寫誹謗性文章，透過互聯網公眾討論區及利用電子郵件群發方式等公開發放有關文章，對司法警察局局長 B、處長 D 及其他司警局人員進行誹謗及抵譏。

期間由嫌疑人籌劃及與多名非本局人員聯絡，至少包括其女性朋友 H、該女性朋友之妹妹 I、妹夫 J 和外甥 K、本澳社工、原少年飛鷹會秘書 L 及台灣居民 M、N 和 O 等，要求他們協助其實施有關誹謗行為。

在嫌疑人 A 的主導和組織下，自 2006 年 2 月至 2009 年 1 月期間，嫌疑人 A 及其聯絡到的上述人士，至少進行了十八次同類不法行為。

上述案件經完成調查取證後，被移送司法機關審判。

澳門特別行政區初級法院刑事法庭(卷宗編號:CR4-09-0160-PCC 及 CR4-09-0160-PCC-D)及中級法院合議庭上訴案件第 792/2010 號，分別對包括該刑事案件之第一嫌犯 A 作出了有罪判決。

根據澳門第 62/98/M 號法令第十五條第一款重新公布的第 87/89/M 號《澳門公共行政工作人員通則》第 388 條(刑事訴訟程序中被判罪之效果)第二款之規定，上述由澳門特別行政區中級法院合議庭裁判書上訴案第 792/2010 號之裁決為本紀律程序之組成部份。

經澳門特別行政區中級法院合議庭審訊並作出裁決之裁判書 - 上訴案第 792/2010 號所記載及已獲證明的事實，並在載於共 60 頁中第 29 頁之第二部分(本法院依法由合議庭對本案進行公開審理，經查明)之部分，指出「第一嫌犯(A、本紀律程序之嫌疑人)在司法警察局內任職督察，於 2006 年期間，第一嫌犯書寫了兩篇文章，名稱分別是『濫用職權的澳門司警』及『香港人在澳受屈』。標題為『香港人在澳受屈』文章的部份內容不符合事實，人們閱讀該文章後，令人對被害人 B 有濫用職權，無法無天的不良觀感，並損害 B 名譽和人格以及導致第三人因而改變對其之觀感。(有關虛假及誹謗的內容，可參閱載於本卷內的中級法院合議庭判決書第 792/2010 號刑事上訴案第 30 頁)。

另一標題為『濫用職權的澳門司警』的文章內容更為失實，讀後亦使人感到被害人 B(局長)濫用職權，袒護某警員，辦事不公，浪費公帑，為所欲為，以此損害 B(局長)名譽和人格以及導致第三人因而改變對其之觀感。

嫌疑人 A 書寫了上述兩篇詆毀性文章後，將其中標題為『濫用職權的澳

門司警』的文章儲存在其個人數碼助理器內的記憶卡，目的為方便攜帶及便於日後在互聯網發佈。警方其後在其住所內搜獲儲存了該文章的記憶卡。

嫌疑人 A 同時將『濫用職權的澳門司警』的文章儲存至一部 MP3 播放機內，該 MP3 播放機期後第 A 的多年朋友 H 的住所內，亦被刑事偵查人員查獲。

上述兩篇詆毀性文章上載至互聯網後，警方調查人員發現嫌疑人 A 已有計劃聯合三名台灣人士，以較轉折的方式利用電子郵件，再次對司法警察局局長 B 及其他司警刑事偵查員進行誹謗及公開詆毀。

2008 年，嫌疑人 A 再次在其電腦內書寫了一篇針對司法警察局局長 B 及處長 D 的非事實詆毀性文章，其後附於電子郵件發出的文章名稱是『澳門司法警察局局長 B 六宗罪』。

標題為『澳門司法警察局局長 B 六宗罪』的不實及詆毀性文章，人們閱讀該文章後，會損害 B 及 D 的名譽和人格以及導致第三人因而改變對其之觀感。

有關虛假及誹謗的內容包括：

- “針對土生一族，大開殺界”
- “為了自己的權力，不顧下屬死活”
- “擺保安司上枱”
- “浪費政府資源，全為霸地盤”
- “任人唯親，公私不分”
- “為求自保，不擇手段，視法律如無物”

嫌疑人 A 在案中準備好上述非事實詆毀性文章後，將之交給及指使三名台灣人士，將上述文章以電子郵件發送給在澳門少年飛鷹會收集的各澳門公共部門的電郵地址。

嫌疑人 A 曾是澳門少年飛鷹會的會長，其利用會長身份指使及聯同該會秘書即社工 L 以一項活動計劃名義來搜集大量澳門公共部門的電郵地址。

在 2008 年期間，上述台灣人士按照嫌疑人 A 所指使的計劃，多次以不同

電子帳戶將『澳門司法警察局局長 B 六宗罪』的誹謗及詆毀性文章發送至澳門的各公共部門電子郵件地址。

調查得知在 2009 年期間，上述台灣人士在台灣以同一互聯網用戶的 IP 地址登入澳門多個資訊網及討論區網站，並在內張貼『澳門司法警察局局長 B 六宗罪』的誹謗及詆毀性文章。

負責上述案件的刑事偵查人員，隨後在嫌疑人 A 的住所內搜獲的電腦，經電腦法理鑑證檢驗及分析後，發現該電腦的硬盤內存有上述標題『B 六宗罪』文章。

此外，在電腦硬盤內，亦還發現一個標題『澳門警界不為人知的醜聞』的文字檔，內容與『B 六宗罪』文章中的『為求自保，不擇手段，視法律如無物』文章相同。

警方在調查該案的其他成員時，在一住所內搜獲一張光碟存有兩個文字檔，其中一文字檔案內容與『B 六宗罪』文章內容絕大部份相同，並經技術分析，確定該文字檔案是“B 六宗罪”文章的前一版本。

而另一文字檔內存有 18 頁之多的電郵地址表，其中一部份是誹謗電郵接收者的電郵地址，且檔案中的每個電郵地址之先後次序和涉案電郵接收者的先後次序的排列完全一樣。……

六名嫌犯清楚知道其行為的非法性，會受法律制裁。」

*

2012 年 5 月 31 日，根據中級法院合議庭上訴案第 792/2010 號的裁判書第四部份，法庭判處本紀律程序之嫌疑人 A 與案中的其他嫌犯是以共同正犯身份，一共犯下了兩項澳門《刑法典》第 174 條第一款、第 176 條、第 177 條第一款 a 項及第 78 條所聯合規定的公開誹謗公務員既遂罪。

被判罪的案中第一嫌犯，亦即本程序的嫌疑人 A，因公開誹謗身為公務員的 B 局長的一項罪名被處以十個月徒刑，因有關公開誹謗身為公務員的 D 的一項罪名，被處以八個月徒刑；兩罪並罰下，案中的第一嫌犯 A 被處以一年零

兩個月的單一徒刑，暫緩三年執行。

包括本紀律程序嫌疑人 A 在內的誹謗案的嫌犯，須在十天內以其個人之名義分別於澳門具最大發行量的本地中文日報和本地葡文日報內，自費刊登一則同時致上述兩名公務員的中文和葡文公開道歉啟事，作為緩刑條件。

於2012年6月10日至30日，本紀律程序之嫌疑人A按照判決結果，以其個人名義分別作出了三則“啟事”：(1)於2012年6月10日在《澳門日報》C6版左下角刊登一則“聲明啟事”(大小約為2.3厘米x11.8厘米)。(2)於2012年6月1日在葡文日報《HOJE MACAU》第12版左下角刊登一則沒有標題的文字(大小約為4.5厘米x13厘米)。(3)於2012年6月30日在《澳門日報》C7版右下角刊登一則“道歉啟事”(大小約為5厘米x12厘米)

作為本紀律程序之調查與組成部份，上述三則啟事之刊登方式及內容，客觀上未能符合一般道歉聲明的基本規格和要求，而第三則啟事更是在法官的督促下重新刊登的，即使這樣，三則啟事都不能使一般的讀者感受到其道歉的基本意願和誠意，更何況是被其長期誹謗行為傷害之深的各受害人。

本紀律程序中的受害人B局長自2006年至2009年間連續遭受到嫌疑人A至少十八次惡毒的攻擊與誹謗，自然，不能接受其所謂的道歉，因此亦就本案嫌疑人A在刑罰的執行問題，在2012年7月10日向本預審員提出說明和請求(參見卷宗第135至139頁)。

本紀律程序中的另一受害人D先生，亦由於在同一誹謗案件中，長期及連續地遭受到嫌疑人A多次惡毒的攻擊與誹謗，廣泛和公開向公眾破壞其良好聲譽、形象和尊嚴，對其專業形象及工作造成了極壞和深遠的影響，受害人D同樣向本案作出了提請和說明，明確表達了不能接受嫌疑人A沒有誠意與悔意的所謂道歉(參見卷宗第148至150頁)。

根據與本紀律程序有關之刑事調查卷宗已獲確證之誹謗犯罪而作出的具體查證，嫌疑人A所實施的一系列行為已經被確定性判定為故意犯罪，其惡意地向公眾散布虛構訊息，對案中各受害人作出足以毀損他人人格、破壞他人名

譽的嚴重誹謗，對各受害人多年來造成了精神困擾、嚴重侮辱和個人聲譽上的惡劣影響，使受害人在工作與家庭生活上都遭受了不可彌補的傷害。

嫌疑人 A 多年來對受害人 B 局長及局方大規模惡意散布不實虛構訊息的行為和客觀事實，亦間接令到讀者及社會上各階層人士對本局及局方人員的思想品德、工作能力、社會貢獻等方面作出負面評價。

綜上所述，嫌疑人 A 在如上所述的違紀事實，已構成了嚴重之違紀和觸犯了現行《澳門公共行政工作人員通則》第 279 條所規定之義務。

*

三、已構成可被處分的違紀事實及適用的法律:

基於本紀律程序卷宗已記載及證明的事實，嫌疑人 A 在任職司法警察局期間，糾合其他人員(刑事卷宗之嫌犯)，由本紀律程序的嫌疑人 A 為首，組織、操控及親自參與實施了多項「加重公開及詆毀」的刑事犯罪，有關犯罪經由中級法院合議庭作出了確定有罪判決。

基於有關犯罪行為亦違反《澳門公共行政工作人員通則》所定的工作制度及應遵之義務，最終並造成極嚴重的損害結果。

因此，嫌疑人 A 的行為明顯及惡意地漠視《澳門公共行政工作人員通則》所定的工作制度及應遵之義務，且嚴重地違反了澳門現行的《澳門公共行政工作人員通則》第 279 條第一款、第二款的、c)、d)、f)項、第四款、第五款、第六款、第八款及第十二款所規定的公務員須遵守的義務。

嫌疑人 A 利用其長期擔任司法警察局刑事偵查人員所獲得的專業知識和刑偵經驗進行犯罪，其行為及結果不僅嚴重損害案中各受害人的良好聲譽、形象和尊嚴，也對司法警察局多年來在社會上所建立的良好形象和聲譽及本局人員的專業形象造成不可挽回的損害及無可補救的負面影響。

根據現行《澳門公共行政工作人員通則》對違紀公務員作出處分的規定，嫌疑人 A 所作的刑事誹謗行為，已符合現行《澳門公共行政工作人員通則》第 315 條第一款及第二款 a、b、e 及 o 項規定的違紀行為，可被料處強迫退休或

撤職處分的規定。

經覆查本案所載之資料，嫌疑人 A 並未具備《澳門公共行政工作人員通則》第 282 條所指的「減輕情節」及第 284 條所規定及適用的「阻卻情節」。

根據初級法院及中級法院的認定和判決，嫌疑人 A 在長期實施有關犯罪行為和違紀行為之前已經以損害司法警察局的良好形象及局長 B、廳長 D(時任處長)和其他司警人員的良好聲譽為決意及目的，嚴重損害(結果)也在事後確實發生，嫌疑人 A 在實施有關行為時，明顯與他人勾結，因此，對嫌疑人 A 適用《澳門公共行政工作人員通則》第 283 條第一款 a、b、c 及 d 項的加重情節。

另外，根據嫌疑人 A 的個人記錄及紀律證明書，嫌疑人因嚴重違紀行為，於 2009 年 5 月 12 日，在本局第 9/2008 號紀律程序中被保安司司長通過第 25/SS/2009 號批示科處強迫退休的紀律處分。而且，嫌疑人 A 是法學士，是本局刑事偵查人員職程中最資深的一等督察之一，因此，對嫌疑人 A 適用《澳門公共行政工作人員通則》第 283 條第一款 g 及 j 項的加重情節。

經綜合分析了上述所有因素，尤其考慮到嫌疑人 A 在職期間處心積慮，與其他本地區及台灣地區的人士長期勾結，並經過周密的預謀和部署，虛構和捏造事實，書寫誹謗性文章，透過互聯網公共平台和利用電子郵件群發方式對有關受害人和司法警察局進行長期誹謗和侮辱，嚴重損害有關受害人的良好聲譽和形象，也對司法警察局回歸多年來辛苦樹立的良好形象造成不可挽回的嚴重損害，可以說，不論從行為及結果的嚴重性，還是從嫌疑人 A 的嚴重主觀故意程度和有關行為實施的高度組織程度等考慮，本預審員都找不到理由可以建議行政當局與嫌疑人 A 繼續維持職務上的法律聯繫。

基於此，本預審員按照現行《澳門公共行政工作人員通則》第 315 條第一款及第二款 a、b、e 及 o 項法律規定，已在控訴中對在案發期間，仍為本局一等督察的嫌疑人 A 科處「撤職」的處分。

2012 年 8 月 9 日，本預審員按照《澳門公共行政工作人員通則》第 333

條之規定，將本控訴書之副本，以親身通知之方式，交予嫌疑人A。並通知嫌疑人可在其接收本控訴書翌日起，15 日內就本程序已作出的控訴內容，提交書面答辯。

2012 年 8 月 21 日，嫌疑人A 之委任辯護人F 大律師，發函請求查閱本卷及延長答辯期限，經有權限實體之批准，本紀律程序之答辯期延至 08/09/2012。

本紀律程序於 10/09/2012，收到由嫌疑人A 及其辯護人F 大律師之答辯書。

本預審員並根據現行《澳門公共行政工作人員通則》第三百三十六條第一款及第二款之規定，於2012 年 9 月 14 日已就本紀律程序之嫌犯、本局前一督察A 及其委任的辯護人F 大律師於2012 年 9 月 10 日向本局提交本案之書面答辯，完成了必要的調查措施。

就辯護人F 大律師在有關答辯之重點，本預審員分別予以駁回：

本案嫌犯A 及其委任的辯護人F 大律師所提交的書面答辯的內容，指嫌疑人A 不同意本案控訴書第1 至4 條、6 至11 條、28、29、及32 條規定對其作出歸責之事實。上述抗辯之內容，均以第3 條為主要重心，指嫌疑人及辯護人均不認同控訴書內，指(嫌疑人A)是於2006 年2 月至2008 年7 月5 日期間撰寫及發表損害受害人名譽與尊嚴之文章；反指該事實是發生於2008 年7 月6 日至2009 年1 月，因此認為控訴書指控與事實不符。

對此，本預審員再次引述了澳門特別行政區中級法院合議庭審之裁決裁判書上訴案第792/2010 號所記載及已獲證明的事實，對該答辯作出了反駁。

根據載於上述共 60 頁的裁判書中的第 29 頁之第二部分、標題為：本法院依法由合議庭對本案進行公開審理，經查明之部分，明確地指出「第一嫌犯(A、本紀律程序之嫌疑人)在司法警察局內任職督察，於2006 年期間，第一嫌犯書寫了兩篇文章，名稱分別是『濫用職權的澳門司警』及『香港人在澳受屈』。標題為『香港人在澳受屈』文章的部份內容不符合事實，人們閱讀該文章後，令人對被害人B 有濫用職權，無法無天的不良觀感，並損害B 名譽和人格以

及導致第三人因而改變對其之觀感。

本案也逐點反駁和闡述了，在控訴書內對嫌疑人 A 所作出之檢舉，是依法按照《澳門公共行政工作人員通則》第二百八十八條(刑事訴訟程序中被判罪之效果)第二款，亦即本紀律程序是依據刑事裁決之內容而進行及經確定後之判決之證明組成。且《澳門公共行政工作人員通則》第二百八十七條(紀律及刑事程序)第一款也規定“紀律程序獨立於刑事程序”；因此，在本紀律程序的調查中，所有依法取得之證據，均可作為本案之合法證據。(現行《澳門公共行政工作人員通則》第二百九十二條第四款之規定。)

本案且在有關法律規定下，控訴書之內容亦已依法將澳門特別行政區中級法院合議庭裁判書 - 上訴案第 792/2010 號的所記載及已獲證明的事實，作為本控訴書的組成部份。

同時，本預審員亦駁回了嫌犯 A 與其委任辯護人 F 大律師，在控訴中指其違犯了熱心義務、服從義務及忠誠義務所提出了異議。(詳見載於本卷第 183-187 頁之批示)

於二零一二年九月十四日，本紀律程序依法駁回了嫌疑人 A 及辯護人 F 大律師所提交的書面答辯，並在案中維持對其作撤職之處分。

*

本預審員謹將經依法完成預審之本紀律程序及本結案報告，上呈予尊敬的 XXX 代局長閣下審閱批示。...』

7. 於 2012 年 10 月 12 日，保安司司長作出第 47/SS/2012 號批示，對上訴人科處撤職處分。

*

三.理由陳述

上訴人認為被訴行為認定有關違紀事實引致不能維持職務上之法律狀況(失去擔任職務之尊嚴及在道德上欠缺擔任職務之適當性)這一結論存有事實前提錯誤之瑕疵，理由在於在作出有關撤職處分決定

時，其已退休，不可能存在“不能維持職務上之狀況”的事實。

另一方面，亦認為不論有關違紀事實的嚴重性或其罪過程度均未達至須作出撤職處分的法定要件，故被訴行為違反了適度原則，存有錯誤適用法律之瑕疵。

最後，上訴人認為被訴實體沒有全面考慮其陳述之事實，特別是關於其和司法警察局領導層存有矛盾的事實，而該等事實有助減輕行為的不法性和其罪過。

且讓我們審理上述上訴依據是否成立。

就存有事實前提錯誤方面，雖然在作出撤職決定時上訴人已退休，但這並不妨礙被訴實體就有關違紀事實作出相應的定性，以找出適當之紀律處分。

《澳門公共行政工作人員通則》第 280 條第 2 款明確規定“職務終止及職務狀況改變，不妨礙對執行原職務時作出之違紀行為科處處分”。

另一方面，同一通則第 306 條第 3 款亦規定對於退休公務員及服務人員作出的撤職處分導致中止支付退休金 4 年。

從上可見，上訴人已退休這一法律狀況並不構成被訴實體對其採取撤職紀律處分的法律障礙。

那被訴實體的決定是否正確？

根據中級法院於 2012 年 05 月 31 日在卷宗編號 792/2010 內作出的已確定生效的裁判，上訴人與案中的其他嫌犯是以共同正犯身份，一共犯下了兩項澳門《刑法典》第 174 條第一款、第 176 條、第 177 條第一款 a 項及第 78 條所聯合規定的公開誹謗公務員既遂罪，而上訴人被處以 1 年 2 個月的單一徒刑，暫緩 3 年執行，並須在 10 天內以其個人之名義分別於澳門具最大發行量的本地中文日報和本地葡文日報內，自費刊登一則同時致上述兩名公務員的中文和葡文公開道歉啟事，作為緩刑條件。

在上訴人之角度來看，有關不法事實是因和司法警察局領導層存有矛盾所引致的，且其已就有關行為作出登報道歉，故不論在行為的不法性或罪過程度均不符合《澳門公共行政工作人員通則》第315條所規定作出撤職處分的法定要件。

在尊重不同見解下，我們對此並不認同。

不論上訴人和司法警察局領導層存有何種矛盾，均應以合法手段去解決。澳門是法治之區，而上訴人身為執法人員，更應守法和尊重法律，不應在網絡上惡意地向公眾散布虛構訊息，攻擊上司和同事，令他們聲譽受損。上訴人的做法，不但無助解決其和司法警察局領導層間的矛盾，亦構成刑事犯罪。

因此，有關事實並不構成其應負紀律責任的減輕情節。

至於已公開登報道歉方面，那是因應有關刑事犯罪對受害人所造成的損害作出的彌補及作為暫緩執行刑罰之條件，與紀律責任沒有必然的關連。

基於此，該事實同樣不構成減輕情節。

就指控違反適度原則方面，我們認為同樣不成立。

根據《行政程序法典》第5條第2款之規定，“行政當局之決定與私人之權利或受法律保護之利益有衝突時，僅得在對所擬達致之目的屬適當及適度下，損害該等權利或利益”。

上述原則的出現是為了避免行政當局在行使自由裁量權中濫權，不當及過度地損害市民的合法權益。

而自由裁量權的行使只有在權力偏差、明顯的錯誤或絕對不合理的情況下才受司法監管/審理。

在本個案中，上訴人的違法行為無疑是嚴重的，特別是上訴人作出有關行為時仍是一名職級為一等督察的司警人員，故被訴實體認定有關行為引致不能維持職務上之法律狀況(失去擔任職務之尊嚴及在

道德上欠缺擔任職務之適當性)，繼而對其作出撤職處分的決定是正確的，不存在上訴人所指控的瑕疵，應予以維持。

*

四.決定

綜上所述，裁判本司法上訴不成立，維持被訴行為。

*

訴訟費用由上訴人承擔，司法費定為 8UC。

作出適當通知及採取適當措施。

*

2014 年 03 月 20 日

何偉寧

José Cândido de Pinho

唐曉峰

Presente

Victor Manuel Carvalho

Coelho